

PARECER JURÍDICO

Processo: 202500057001762.

Origem: Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA)

Assunto: Parecer jurídico quanto ao procedimento de dispensa de licitação.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS, NO ÂMBITO DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS. LEI Nº 13.303/2016. REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO. ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ADOTADA. REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S.A (CEASA). DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. RESALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

I- Relatório

1. Trata-se de processo administrativo que tem por finalidade instrumentalizar o procedimento de Dispensa de processo licitatório sob o nº 018/2025, cuja finalidade é contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de 01 (um) veículo automotor tipo SUV. Faz-se conclusivo a esta assessoria jurídica para análise dos autos.

2. O processo é instruído com:

- a. DESPACHO Nº 126/2025/CEASA/CGAB-11046;
- b. Documento de Formalização de Demanda – DFD;
- c. Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- d. DESPACHO Nº 138/2025/CEASA/DIVAD-11041;
- e. Orçamentos;
- f. Documentação da empresa;
- g. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA;
- h. Termo de Referência – TR;

- i. DESPACHO Nº 276/2025/CEASA/DIVLIC-11059;
- j. DESPACHO Nº 669/2025/GAB;
- k. DESPACHO Nº 691/2025/CEASA/DIRAD-22165;
- l. DESPACHO Nº 501/2025/CEASA/DIFIN-11038;
- m. DESPACHO Nº 835/2025/CEASA/DOEM-11047;
- n. DESPACHO Nº 687/2025/GAB;
- o. DESPACHO Nº 702/2025/CEASA/DIRAD-22165;
- p. Análise da documentação;

3. É o suficiente relato.

II- Fundamentação

II.a. Considerações preliminares

4. De início, convém destacar que compete a esta Assessoria Jurídica, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade.

6. A atribuição desta Consultoria Jurídica é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Esses limites à atividade deste órgão jurídico se justificam em razão do princípio da deferência técnico-administrativa. Nesse sentido, corroborando com o disposto, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União – AGU, assevera in verbis:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

8. Pressupõe-se que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantitativos, requisitos e avaliação do preço estimado, dentre outros, tenham sido regularmente determinadas pelos setores competentes, com base em parâmetros técnicos objetivos, para o melhor atingimento do interesse público.

9. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

10. Ademais disso, entende-se que as manifestações da assessoria jurídica são de natureza opinativa e, portanto, não vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da exposta neste parecer.

II.b. Regularidade da autuação do processo

11. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, aplicado subsidiariamente, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal. Com efeito, no que tange especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são aplicáveis, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas.

12. Verifica-se que o presente processo foi devidamente autuado, possuindo os documentos em ordem cronológica e assinados pelos responsáveis.

II.c. Da análise dos pressupostos para a legalidade da fase interna

13. O Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA), deixou expresso que devem ser elaborados os atos, expedidos os documentos necessários para caracterização do objeto a ser contratado e definidos os parâmetros do certame.

14. O artigo 27 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA), elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

II.d. Hipótese de Dispensa de Licitação

15. Nos termos do art. 53, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações da CEASA-GO:

*“Art. 53. O procedimento licitatório é dispensável nas seguintes situações:
(...)*

II – para outros serviços, compras, alienações e concessões de uso até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos casos previstos neste Regulamento Interno, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possam ser realizados de uma só vez.”

16. Dessa forma, considerando que o valor total estimado da contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de 01 (um) veículo automotor tipo SUV.

A) Do Aviso de Dispensa de Licitação

17. Ainda que o procedimento de contratação se dê por dispensa de licitação, deve-se observar, nos termos do artigo 56, § 3º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da

CEASA-GO, os princípios da publicidade, transparência e isonomia, mediante a divulgação do aviso de dispensa.

18. Nos termos do art. 30, o extrato da contratação deve ser amplamente divulgado por meio de:

- a) Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- b) Disponibilização no sítio eletrônico da CEASA-GO;
- c) Envio de aviso por correio eletrônico aos fornecedores previamente qualificados no respectivo grupo ou segmento do objeto a ser contratado.

19. O aviso deve conter, de forma resumida:

- a) A descrição do objeto da contratação;
- b) A data e forma de apresentação das propostas;
- c) O endereço eletrônico no qual o instrumento convocatório (ou aviso de dispensa) pode ser acessado.

20. Verifica-se no presente caso, que não houve publicação do aviso de dispensa de licitação referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de 01 (um) veículo automotor tipo SUV.

B) Requisitos de habilitação e qualificação

21. Conforme orientação normativa, deverá o órgão comprovar que o futuro contratado atende aos requisitos de habilitação e qualificação exigidos. Para a habilitação sugere-se que a CEASA siga rigorosamente o disposto nos artigos 58 da Lei 13.303, de 2016. São eles:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III - capacidade econômica e financeira;

IV - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

22. Dessa forma, mesmo nos casos de contratação direta por dispensa de licitação, é imprescindível que a CEASA-GO observe rigorosamente os parâmetros legais de habilitação previstos no art. 58 da Lei nº 13.303/2016, de modo a assegurar que o futuro contratado esteja apto a assumir obrigações perante a Administração Pública. A verificação documental, nos limites legalmente exigíveis, constitui medida essencial para garantir a segurança jurídica do contrato, a idoneidade do fornecedor e a conformidade do procedimento com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

C) Razão da escolha do contratado

23. Compete à administração declarar o porquê da pessoa selecionada foi escolhida. Ou seja, qual foi o critério de julgamento adotado pelo processo administrativo. Orientamos que sempre que possível promova a escolha do contratado considerando o menor preço ofertado, desde que atendidos os critérios dispostos. Todavia, poderá a Administração adotar outra que atenda a sua necessidade, mediante clara e inequívoca justificativa da vantajosidade da proposta.

24. Verifica-se que a empresa foi escolhida por ofertar preço abaixo do estimado pela Administração.

D) Justificativa de preço

25. Por fim, antes da decisão da autoridade competente deve o órgão justificar o preço a ser contratado. Essa justificativa deve levar em consideração a estimativa realizada, a fase de disputa entre os interessados, o levantamento daqueles que conseguiram atender aos critérios de habilitação e qualificação exigidos e a necessidade de contratação.

II.e. Recomendações

26. A título de recomendação e de forma resumida apontamos:

- a) *Caso entenda pela homologação do certame promova dentro dos limites legais, orientando que:*
- a. *Promova a adjudicação e homologação do certame;*
 - b. *Determine a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado, bem como no site oficial da CEASA Goiás;*
 - c. *Determine o envio da dispensa de licitação ao Tribunal de Contas do Estado - TCE dentro do prazo de 3 (três) úteis contados da homologação;*
 - d. *Determine ao setor competente que analise a manutenção das condições de habilitação da empresa vencedora do certame antes de formalizar o contrato, inclusive consultado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e emitindo as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas;*
 - e. *Promova a convocação do licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente;*
 - f. *Determine a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado, bem como no site oficial da CEASA;*
 - g. *Determine o envio do contrato ao TCE-GO dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação oficial;*
 - h. *Determine a juntada da(s) nota(s) de empenho para todo o exercício financeiro, de acordo com as unidades orçamentárias, para cada contrato;*

III- Conclusão

27. Dessa forma, esta assessoria jurídica opina pela legalidade do processo de contratação direta, desde que seguidas as recomendações acima apontadas.
28. Isto posto, relembro que o presente parecer é de natureza consultiva/opinativa e não vincula a Administração. Cabe a esta, analisando os méritos de conveniência e oportunidade, autorizar ou não a contratação. Remeto o presente a autoridade competente para conhecimento e determinações cabíveis.

Goiânia, 17 de dezembro de 2025.

Diego Hanna Lemes
OAB/GO 61.507

